

PROJETO DETALHADO DO EVENTO

X CICLO DE DEBATES ELEIÇÕES 2020

EVENTO VIRTUAL

INFORMAÇÕES GERAIS:

Como de costume, em período que antecede o pleito eleitoral, cumpre a Escola Judiciária Eleitoral realizar o intitulado “Ciclo de Debates”, evento preparatório que tem por destinatário o corpo funcional desta Justiça Especializada. Reportado encontro surge como pressuposto ao atendimento de demanda contida no Planejamento Integrado das Eleições 2020, como forma de aprimoramento da atuação de magistrados, servidores e membros do Ministério Público Eleitoral, quando no exercício de suas funções e para atender as disposições do Programa de Educação Continuada em Direito e Processo Eleitoral, consoante preceitua a Resolução TRE-CE n.º 338, de 12 de dezembro de 2007.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: Art. 2º, II, da Resolução TRE-CE n.º 338/2007.

PERÍODO DE INSCRIÇÃO: 10 a 14 de agosto de 2020 (por meio do Módulo Eventos)

PERÍODO DE DISPONIBILIZAÇÃO: 17 a 21 de agosto de 2020

MODALIDADE: Virtual

CARGA HORÁRIA: 8 horas-aula. Deverá ser considerada hora-aula de 50 minutos.

PÚBLICO-ALVO: Juízes e Promotores Eleitorais/Servidores da Justiça Eleitoral.

JUSTIFICATIVA:

Encontramo-nos em ano eleitoral e como rotineiro, o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará propicia aos seus magistrados, promotores e servidores eleitorais, capacitações voltadas ao aperfeiçoamento de seus misteres, com o fito de propiciar à sociedade, destinatária de seus serviços, um serviço público dotado de maior qualidade, em consonância aos ditames dos princípios da celeridade e da eficiência, impostos à Administração Pública.

Não obstante o citado, menciona-se, por relevante, que este Regional ao instituir, por meio da Resolução TRE-CE nº 338, de 12/12/2007, o Programa de Educação Continuada em Direito Eleitoral e Processo Eleitoral, previu a necessidade de serem concebidos cursos, seminários, ciclo de debates e outros eventos destinados ao estudo da doutrina, legislação e jurisprudências eleitorais, aos magistrados e servidores, tendo, para tanto, atribuído à Escola Judiciária Eleitoral a coordenação do Programa em referência.

Neste contexto, pensando na continuidade das atividades intrínsecas do Programa, somada a incontestável imprescindibilidade de preparação dos integrantes desta Justiça Especializada à execução dos trabalhos correlatos ao pleito que se avizinha e visando agregar conhecimento, esclarecer dúvidas e instigar o debate de questões ainda polêmicas, pensou-se na realização, sob a modalidade virtual, do evento intitulado “X Ciclo de Debates Eleições 2020”.

A consecução do evento se mostra salutar, uma vez considerados os trabalhos voltados a concretização das eleições de 2020 e as inovações aplicáveis ao Direito Eleitoral no tocante à propaganda eleitoral, ao registro de candidaturas, à prestação de contas e às ações cíveis eleitorais, como também as instruções estabelecidas pelo TSE, necessário se faz a atualização e o aperfeiçoamento dos servidores da Justiça Eleitoral que lidam nessa

seara.

Contudo, considerando as atuais circunstâncias ora vivenciada devido à pandemia advinda com a chegada do COVID19 ao Brasil, com consequente imposição de isolamento social, sem data preestabelecida à retomada das atividades de cunho presencial, as ações de capacitação na modalidade presencial foram obstaculizadas, inclusive, por intermédio de normativo editado pela Presidência do TRE-CE, fato que comprometeu o planejamento desta Escola na realização de atribuições que sugerem a conglomeração de pessoas em um mesmo ambiente.

Em face desse panorama e tendo em vista a proximidade das eleições municipais, atrelada à necessidade de capacitação de juízes, promotores e servidores da Justiça Eleitoral, preparando-os para os trabalhos que deverão executar para as Eleições de 2020, não comportando mais aguardar uma mudança de cenário, mister se faz que o Ciclo de Debates seja concebido na modalidade virtual.

O encontro em tela será virtual e terá duração de 5 dias úteis, com previsão para o período de 17 a 21 de agosto de 2020, com os seguintes temas: Prestação de Contas Eleitoral; Propaganda Eleitoral, Ações Cíveis Eleitorais e Registro de Candidatura.

Para tanto, mostra-se essencial a contratação de profissionais possuidores do conjunto de habilidades, conhecimentos, didática e qualificações compatíveis com a demanda que esse trabalho requer, para atuarem na qualidade de instrutores do referido evento virtual.

Com o aludido feito, a Justiça Eleitoral do Ceará inteta imprimir mais eficiência aos seus processos de trabalho e aprimorar os serviços prestados à sociedade, acrescentando maior transparência, celeridade e segurança ao processo eleitoral. Eventos desta natureza, além de aprimorarem e consolidarem os conhecimentos e boas práticas, promovem rica troca de experiências.

OBJETIVO GERAL:

Atualização de conhecimentos e de procedimentos voltados ao pleito eleitoral.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Discutir e alinhar procedimentos alusivos à Prestação de Contas Eleitoral; Propaganda Eleitoral e Combate à Desinformação, Ações Cíveis Eleitorais e Registro de Candidatura, entre outros.

Discutir as temáticas do Direito Eleitoral, em especial quanto às novas regras inseridas pela reforma política precedente ao pleito de 2020 e pela Emenda Constitucional nº 107/2020.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

AÇÕES CÍVEIS ELEITORAIS

Instrutores: Marcos Youji Minami e João Andrade Neto

1. Palestrante: Marcos Youji Minami

Tema: Problemas selecionados das representações eleitorais especiais

Abrangência temática: A palestra deve apresentar pontos relevantes das representações eleitorais especiais relacionados às eleições 2020, bem como debater as repercussões da Emenda Constitucional 107 para o pleito vindouro.

2. Palestrante: João Andrade Neto

Tema: AIME e AIME: Um recorte a partir das ações de fraude à cota de gênero

Abrangência temática: Ações eleitorais: AIME e AIJE. Previsão constitucional. Lei das Eleições. Resolução TSE 23.608/2019. Objeto. Legitimidade ativa. Legitimidade passiva. Abuso de poder econômico. Fraude. Da fraude à votação à fraude ao processo eleitoral. Do ardil à fraude à lei eleitoral. Quota de gênero. A virada jurisprudencial do TSE. O Caso Valença. Efeitos da decisão de procedência. Cassação do mandato. Reabertura do DRAP? Da necessidade de retotalização.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS

Instrutores: Denise Goulart Schlickmann e Rodrigo Ribeiro Cavalcante

1. Palestrante: Denise Goulart Schlickmann

Tema: Financiamento de campanha eleitoral: enfoque prático nas eleições 2020

Abrangência temática: 1. Fontes normativas/regramentais aplicáveis; 2. Arrecadação de recursos e inovações normativas; 3. Gastos eleitorais e inovações normativas

2. Palestrante: Rodrigo Ribeiro Cavalcante

Tema: Financiamento de campanha eleitoral: enfoque prático nas eleições 2020

Abrangência temática: 1. Regras específicas para a prestação de contas; 2. Tipos de julgamento; 3. Aspectos gerais recursais em prestação de contas, com enfoque no recebimento do recurso e processamento.

PROPAGANDA ELEITORAL E COMBATE À DESINFORMAÇÃO

Instrutores: Caio Silva Guimarães e Alexandre Basílio Coura

1. Palestrante: Caio Silva Guimarães

Tema: Propaganda eleitoral e as condutas vedadas aos agentes públicos: o fator covid 19.

Abrangência temática: A limitação da propaganda eleitoral por condições sanitárias desfavoráveis. O uso promocional na propaganda eleitoral da distribuição de bens e serviços. O uso abusivo da propaganda institucional no combate à pandemia de covid 19.

2. Palestrante: Alexandre Basílio Coura

Tema: Tecnologia e Eleições – Podemos começar a pensar em um abuso de poder algorítmico?

Abrangência temática: Criação de um ativo digital em campanha de 727 dias. Captura de leads, funil eleitoral,

captura de contatos em redes sociais para disparo em massa de conteúdo. Uso de Cyborgs Eleitorais e outras tecnologias que impactam os pleitos em pequenos municípios.

REGISTRO DE CANDIDATURAS

Instrutoras: Orleanes Cavalcanti de Oliveira Viana Gomes e Roberta Maia Gresta

1. Palestrante: Orleanes Cavalcanti de Oliveira Viana Gomes

Tema: Aspectos Procedimentais do Registro de Candidaturas nas Eleições 2020

Abrangência temática: Convenções partidárias. Novos prazos para o Pedido de Registro. Integração dos Sistemas CANDEX, CAND e PJe. Fluxo processual do Registro de Candidaturas e Impugnação.

2. Palestrante: Roberta Maia Gresta

Tema: Cidadania e efetividade do registro de candidatura

Abrangência temática: Deveres processuais no registro. Regras preventivas à fraude à cota de gênero. Respeito à diversidade. Prova de alfabetização. Candidatura sub judice. Impactos do indeferimento na destinação de votos.

METODOLOGIA (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

Exposições dialogadas

RECURSOS:

Acesso à internet

CERTIFICAÇÃO:

Os certificados serão fornecidos ao participante que comprovar o acesso mínimo a 75% das aulas.

DOCENTES E MINICURRÍCULOS:

Alexandre Basílio Coura

Coordenador do grupo temático de Propaganda Eleitoral do TSE para aprimorar as Resoluções Eleitorais para as próximas eleições;

Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – ABRADEP;

Analista Judiciário – Área Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, onde atua como assessor dos Juízes Membros da Corte Eleitoral.

Membro do Grupo de Trabalho para reduzir as inconsistências da legislação eleitoral para 2020, nomeado pelo Ministro Edson Fachin.

Ex-Servidor do TRE-PB onde atuou como Assessor Jurídico da Procuradoria Regional Eleitoral, do Gabinete do Juiz Federal membro e da Vice-Presidência até 2016.

Membro da Comissão Científica da Escola Judiciária do TRE-PB até 2016.

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa.

Pós Graduando em Direito Digital e Compliance pelo Complexo Damásio.

Graduando em Ciências da Computação pela UFPB;

Graduando em Ciência Política pelo Centro Universitário Internacional de Curitiba.

Professor da Pós-Graduação da Fundação do Ministério Público – FMP, 2019.

Professor da Pós-Graduação em Direito Eleitoral da Univali/TRE-SC.

Professor da Pós-Graduação do Instituto para o Desenvolvimento Democrático – IDDE – Belo Horizonte.

Professor da Pós-Graduação em Direito Eleitoral do Complexo de Ensino Renato Saraiva – CERS - 2019

Professor da Pós-Graduação em Direito Eleitoral da Faculdade Baiana de Direito.

Foi Professor de Direito Eleitoral no Curso a Distância Brasil Jurídico – Salvador – 2016.

Professor de Direito Eleitoral da Academia de Polícia Militar da Paraíba até 2016.

Palestrante convidado pela Escola Superior do Ministério Público para capacitar todos os Procuradores Regionais Eleitorais quanto à propaganda eleitoral para 2018.

Palestrante convidado pelo Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais para capacitar todos os Juízes Eleitorais auxiliares em matéria de propaganda eleitoral para 2018.

Professor da Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Sul responsável pela capacitação dos Juízes Eleitorais Estaduais para as eleições 2018/2020.

Palestrante Convidado pelo Assembleia Legislativa de Santa Catarina - 2015.

Palestrante convidado pelos Tribunais Regionais Eleitorais do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Roraima, Rondônia, Acre, Mato Grosso, Distrito Federal, Piauí, Tocantins, Goiás e Paraná.

Palestrante Convidado da Escola de Magistratura da Paraíba (ESMA-PB -2014/2016);

Palestrante Convidado da Procuradoria-Geral de Justiça-PB (MPPB 2014).

Coautor dos Livros: Reforma Política, Diálogos e Reflexões (2016) e Participação Política, Balanços e Perspectivas (2017), ambos da Editora Instituto Memória,

Coautor do livro Direito Eleitoral e Ciência Política (2018) Editora Espaço Acadêmico.

Coautor da Coleção Tratado de Direito Eleitoral, Organizado por Luiz Fux, Walber Agra e Luiz Fernando Casagrande, 2018, Editora Fórum.

Coautor do Livro Constituição e Processo Eleitoral, 2018, Editora Fórum.

Foi Instrutor e Palestrante da Escola Judiciária Eleitoral da Paraíba /EJE-PB entre 2007 e 2016, ministrando capacitações para todos os Magistrados e servidores eleitorais do Estado.

Chefiou a Missão Internacional que realizou as eleições presidenciais de Guiné-Bissau, na África em 2009, a Convite da Organização das Nações Unidas por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Caio Silva Guimarães

Advogado – 2001 - 2007.

Técnico Judiciário – Tribunal Regional Eleitoral do Ceará – 2007.

Chefe de Cartório Eleitoral: 2007 a 2013.

Assistente da Secretaria da Corregedoria Regional: 2014 a 2017.

Assessor-Chefe da Presidência desde 2017.

Professor do Curso de Pós-Graduação em Direito Eleitoral da Unifor.

Instrutor de Propaganda Eleitoral e Poder de Polícia no TRE-CE.

Palestrante em diversos eventos jurídicos ligados à temática de propaganda eleitoral e poder de polícia desde 2014.

Responsável pela elaboração do Manual de Propaganda Eleitoral e Poder de Polícia do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – ABRADEP.

Formador pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM.

Denise Goulart Schlickmann

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Direito pela UFSC.

Bacharel em Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Direito, pela UFSC.

Pós-graduada em Auditoria Governamental pela FEPSE/UFSC, e em Direito Eleitoral pela UNIVALI.

Secretária-Geral adjunta da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP).

Membro do Núcleo de Inteligência da Justiça Eleitoral.

Secretária de Controle Interno e Auditoria do TRE/SC.

Professora em cursos de pós-graduação universitários de direito eleitoral.

Conferencista na área de direito eleitoral.

Coordenadora dos estudos de sistematização de normas eleitorais, Eixo Temático Financiamento de Campanha, sob a presidência de grupo do Ministro Edson Luiz Fachin.

Autora da obra Financiamento de Campanhas Eleitorais, na décima edição, pela Editora Juruá.

Coautora da obra Tratado de Direito Eleitoral, pela Editora Fórum.

Coautora da obra Tópicos Avançados de Direito Processual Eleitoral, pela Editora Arraes.

João Andrade Neto

Doutor em Direito com distinção (Summa Cum Laude) pela Universität Hamburg (UHH) / Fakultät für

Rechtswissenschaft.

Ex-bolsista do programa Albrecht Mendelssohn Bartholdy Graduate School of Law (AMBSL).

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Analista Judiciário / Assessor-chefe do Gabinete do Juiz-Membro V do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG).

Professor de Direito Eleitoral da Especialização em Direito Público do Instituto de Educação Continuada (IEC) da PUC Minas e da Especialização em Direito Eleitoral da PUC Minas Virtual.

Professor de Direito Constitucional e Eleitoral da Faculdade Padre Arnaldo Janssen.

Autor do livro "Borrowing Justification for Proportionality: On the Influence of the Principles Theory in Brazil" (Springer, 2018) e de artigos sobre Direito Constitucional, Comparado, Eleitoral e Teoria do Estado e do Direito, publicados em coletâneas e periódicos nacionais e estrangeiros.

Conteudista e instrutor da Escola Judiciária Eleitoral (EJE-MG) e colaborador da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

Coordenador do "Grupo Temático I - Direitos Políticos" do Grupo de Trabalho para Sistematização das Normas Eleitorais (SNE) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP).

Marcos Youji Minami

Graduado em Direito pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2006).

Especialista em Direito Processual pela Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL (2009).

Mestre (2013) e Doutor (2017) pela Universidade Federal da Bahia - UFBA.

Membro da Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo (ANNEP)

Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP).

Professor da Universidade Regional do Cariri - URCA e da Faculdade Paraíso do Ceará (FAP-CE). Professor credenciado da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (ESMEC)

Professor convidado de cursos de Pós-graduação.

Orleanes Cavalcanti de Oliveira Viana Gomes

Especialista em Direito Constitucional pela Esmec.

Graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Atua como secretária Judiciária do TRE-CE.

Professora do curso de pós-graduação (especialização) em Direito Eleitoral na Universidade de Fortaleza (2020).

Integrante do Grupo de Trabalho do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de elaboração das minutas da Resolução sobre a Escolha e o Registro de Candidatos para Eleições Ordinárias Municipais de 2020.

Tutora do Curso de Formação Continuada em Direito Eleitoral pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), desde 2017.

Roberta Maia Gresta

Doutora em Direito Político pela UFMG.

Mestre em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2014).

Pós-graduada (especialista) em Direito Processual pelo Instituto de Educação Continuada da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2011) e em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes (2006).

Graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1999).

Coordenadora Adjunta do Curso de Pós Graduação em Direito Eleitoral da PUC Minas Virtual (desde 2016).

Professora do curso de pós-graduação lato sensu em Direito Processual do Instituto de Educação Continuada da PUC-Minas (desde 2012).

Professora do Curso de Pós Graduação em Direito Eleitoral da PUC Minas Virtual (desde 2015). Professora do curso de graduação em Direito da Faculdade Arnaldo Jannsen.

servidora pública ocupante de cargo efetivo de Analista Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (desde 2006).

Assessora-chefe no Gabinete de Juiz Membro da Corte do TRE-MG (desde 2015). Instrutora colaboradora da Escola Judicial Eleitoral do TRE-MG (desde 2014).

Membro-fundadora da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político - ABRADEP.

Atua na área de Direito Eleitoral e Direito Processual.

Rodrigo Ribeiro Cavalcante

Rodrigo Ribeiro Cavalcante é secretário de controle interno e auditoria no TRE/CE.

Mestre em Economia e pós-graduado em Direito Eleitoral [W-pós/DF] e Direito Processual Civil [ESMEC-UFC].

Bacharel em Direito e Economia.

Autor do livro Eleições 2020 – arrecadação, despesas e prestação de contas: sentenças e consequências. (Editora Ithala.)

CUSTOS/INSTRUTORES:

Os cursos serão ministrados por meio de Instrutoria Interna, consoante Resolução do TSE nº 23.545, de 18 de dezembro de 2017 e o pagamento dos instrutores, nos termos do inciso IV do art. 8º da referida Resolução.

Abaixo, consta o valor de cada contratação, de forma individuada, respeitada a carga horária de 1 hora-aula para cada instrutor(a), respeitada a formação acadêmica:

INSTRUTOR	FORMAÇÃO ACADÊMICA	HORAS/AULA
Alexandre Basílio Coura	Pós-graduado	1 h/a
Caio Silva Guimarães	Pós-graduado	1 h/a
Denise Goulart Schlickmann	Mestra	1 h/a
João Andrade Neto	Doutor	1 h/a
Marcos Youji Minami	Doutor	1 h/a
Orleanes Cavalcanti de Oliveira Viana Gomes	Pós-graduada	1 h/a
Roberta Maia Gresta	Doutora	1 h/a
Rodrigo Ribeiro Cavalcante	Mestre	1 h/a

O investimento estimado para a realização do X Ciclo de Debates corresponderá ao pagamento total de 8 horas/aula. O cômputo das reportadas horas/aula deverão restar embasadas nos percentuais definidos pela Resolução TSE n.º 23.545/2017, art. 8º, c/c consulta à Portaria n.º 3.424/2019, do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, ressalvada a edição de normativo posterior.

DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A despesa será suportada pelo orçamento conferido ao Programa de Educação Continuada em Direito e Processo Eleitoral para realizar as capacitações referentes a preparação do corpo funcional do TRE-CE para o pleito eleitoral de 2020.

Fortaleza, 21 de julho de 2020.

Sabrina d'Henrique Pierre

Seção de Planejamento e Programas

De acordo:

Águeda Odete Gurgel de Lima

Coordenadoria da Escola Judiciária Eleitoral